



Número: **0138239-70.2013.8.13.0040**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Araxá**

Última distribuição : **03/12/2013**

Valor da causa: **R\$ 74.899,16**

Processo referência: **0138239-70.2013.8.13.0040**

Assuntos: **Espécies de Contratos**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
TOTALENERGIES MARKETING SERVICES BRASIL LUBRIFICANTES LTDA (EXEQUENTE)	
	RENATO MULINARI (ADVOGADO)
MOYSES JUED NETO - ME (EXECUTADO(A))	
	TIAGO MIGUEL DE FARIA (ADVOGADO)
MOYSES JUED NETO (EXECUTADO(A))	
	TIAGO MIGUEL DE FARIA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10745467783	17/09/2026 12:33	EDITAL DO LEILÃO	Juntada

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO

Os horários aqui considerados são sempre os horários de Brasília/DF

3ª Vara Cível da Comarca de Araxá/MG

EDITAL de 1º e 2º LEILÃO DE BENS IMÓVEIS para intimação do executado **Moyses Jued Neto – ME – CNPJ nº 07.151.900/0001-89**, por meio de seu representante legal, executado, proprietário e fiel depositário dos bens **Moysés Jued Neto - CPF nº 324.587.938-51**, seu cônjuge **Mariane Silva Ladislau Moyses - CPF nº 453.795.088-98**, a coproprietária dos bens **Christiane de Paula Jued Moysés – CPF nº 323.959.298-32**, seu cônjuge se casada for, e demais interessados, expedido nos autos de **Execução de Título Extrajudicial**, requerente **Totalenergies Marketing Services Brasil Lubrificantes LTDA., Processo nº0138239-70.2013.8.13.0040**.

O Dr. Rodrigo da Fonseca Carissimo, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Araxá/MG, na forma da lei, **FAZ SABER** que, com fundamento no artigo 879, II do CPC, através do portal eletrônico (www.mouzarbastonleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação o bem abaixo descrito, conforme condições de venda constantes no presente edital.

No 1º Leilão com início da publicação do edital e término no dia 17 de NOVEMBRO de 2026, às 10:00 horas, entregar-se-á o bem a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o **2º Leilão com início no dia 17 de NOVEMBRO de 2026, às 10:01 horas e término no dia 17 de NOVEMBRO de 2026, às 14:00 horas**, caso não haja licitantes no 1º Leilão, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a **50% do valor da avaliação atualizada**, conforme Art. 891 do CPC.

DESCRIÇÃO DO BEM: LOTE 1: Parte ideal de 50% de um terreno, com área de 127,50 m², sem benfeitorias, localizado na Rua José Santana, na cidade de Miguelópolis/SP. O imóvel encontra-se a 55 metros da esquina da Rua Zaine Moisés, confrontado pela frente com a Rua José Santana, fundo e lado direito com o imóvel de Júlio César Davenço, e do lado esquerdo, com parte do imóvel cadastrado sob o nº 165.184.070. Registro anterior: nº 7.713, Livro 2, Registro Geral. Este bem imóvel está matriculado sob o nº 8.247, Livro 2, Registro Geral, do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Miguelópolis/SP.

AVALIAÇÃO - LOTE 1: O valor da avaliação do bem imóvel é de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** de acordo com Auto de Avaliação de ID 10543852769, Pág. 5 de 10 de setembro de 2025.

ÔNUS E RECURSOS SOBRE O BEM IMÓVEL - LOTE 01: Sobre o bem imóvel a ser leiloado constam os seguintes ônus:

- 1) Penhora de 50% do imóvel extraída dos autos de Execução de Título Extrajudicial, processo nº 0138239-70.2013.8.13.0040, em que Zema CIA de Petróleo LTDA move contra Moysés Jued Neto - ME e Moysés Jued Neto, perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Araxá,



conforme AV-1 da matrícula 8.247, Livro 2, Registro Geral do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Miguelópolis/SP.

- 2) Penhora On-line extraída dos autos de Execução Trabalhista, processo nº 0010192-61.2018.5.15.0052, em que Cláudio César Borges Silva Júnior move contra Moysés Jued Neto – ME e Moysés Jued Neto, conforme AV-2 da matrícula 8.247, Livro 2, Registro Geral do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Miguelópolis/SP.

DESCRIÇÃO DO BEM - LOTE 02: Parte ideal de 50% de um terreno com área de 135,00 m², sem benfeitorias, localizado na Rua Antônio Jerônimo Barbosa, na cidade de Miguelópolis/SP. O imóvel se encontra do lado par da numeração da cidade, com distância de 11 metros da esquina da Rua Zaine Moises, medindo 10 metros de frente e fundo, 14 metros de lado direito e 13 metros do lado esquerdo. Registro anterior: nº 7.713. Este bem imóvel está matriculado sob o nº 8.249. Livro 2, Registro Geral, do Oficial Registro de Imóveis da Comarca de Miguelópolis/SP.

AVALIAÇÃO - LOTE 02: O valor da avaliação do bem imóvel é de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, de acordo com Auto de Avaliação de ID 10543852769, Pág. 5, de 10 de setembro de 2025.

ÔNUS E RECURSOS SOBRE O BEM IMÓVEL: LOTE 02: Sobre o bem imóvel a ser leiloadado constam os seguintes ônus:

- 1) Penhora de 50% do móvel extraída dos autos de Execução de Título Extrajudicial, processo nº 0138239-70.2013.8.13.0040, em que Zema CIA de Petróleo LTDA move contra Moysés Jued Neto - ME e Moysés Jued Neto, perante a 3º Vara Cível da Comarca de Araxá, conforme AV-1 da matrícula 8.249, Livro 2, Registro Geral do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Miguelópolis/SP.
- 2) Penhora On-line extraída dos autos de Execução Trabalhista, processo nº 0010192-61.2018.5.15.0052, em que Cláudio César Borges Silva Júnior move contra Moysés Jued Neto – ME e Moysés Jued Neto, conforme AV-2 da matrícula 8.249, Livro 2, Registro Geral do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Miguelópolis/SP.

AVALIAÇÃO TOTAL: O valor da avaliação total dos bens imóveis a serem leiloados é de **R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)**, conforme Auto de Avaliação de ID 10543852769, Pág. 5 de 10 de setembro de 2025.

VALOR DA DÍVIDA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO: O valor da dívida no processo de execução é de **R\$ 377.537,31 (trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e trinta e um centavos)**, conforme Cálculo de ID 10641126556, Pág 1/2, atualizado até 10 de março de 2026.

Débitos de Impostos e Taxas Municipais: Os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência (art. 908, §1º do CPC/2015), salvo determinação judicial em contrário. Eventuais débitos tributários relativos ao bem imóvel ficam sub-rogados no preço nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o adquirente.



Estado do imóvel: Os bens imóveis podem se encontrar ocupados e sua desocupação se dará por conta em risco do arrematante.

CONDIÇÕES DE VENDA:

- 1) os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes do pregão (Artigo 12 da Resolução nº 236 do CNJ);
- 2) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados;
- 3) não havendo lance superior ao valor da avaliação no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital;
- 4) em segundo pregão não serão admitidos lances inferiores a **50% do valor da avaliação** conforme Artigo 891 do CPC.
- 5) sobrevindo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do leilão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (Artigo 21 da Resolução nº 236 do CNJ);
- 6) Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do Leiloeiro e serão imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido o envio de lances por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do sistema do gestor (Artigo 22 da Resolução nº 236 do CNJ);
- 7) serão aceitos lances superiores ao lance corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site;
- 8) a comissão devida ao leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance, e ser-lhe-á pagos diretamente;
- 9) com a aceitação do lance, o sistema do leiloeiro emitirá guia de depósito judicial identificado vinculado ao Juízo do Processo;
- 10) o arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar os depósitos dos valores da arrematação e da comissão (Artigo 24 da Resolução nº 236 do CNJ);
- 11) o auto de arrematação será assinado por este Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão, salvo se permitir o pagamento na modalidade parcelada, nos termos do artigo 895 do CPC;(art. 903, caput, do CPC c/c Artigo 25 da Resolução nº 236 do CNJ)
- 12) não sendo efetuado o depósito da oferta, o gestor comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 897 do CPC e Art. 26 da Resolução nº 236 do CNJ;
- 13) o exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro público oficial;
- 14) eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (CTN, art. 130, parágrafo único);



15) o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, poderá ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal), e, também por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro, sem prejuízo de ser considerado ato atentatório a dignidade da justiça, nos termos do art. 903 §6º (art. 23 da LEF).

16) O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “ad corpus” – art. 500 §3º do Código Civil, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente

17) O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is), no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is)

18) Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão do Leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas;

19) Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma prevista no parágrafo 4º do art. 903 do CPC. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903, *caput*, e §1º do Código de Processo Civil;

20) Havendo interposição de embargos do executado ou a ação autônoma, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do(s) imóvel(is) até a decisão final do recurso;

21) Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) imóvel(is) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva “carta de arrematação”.

LEILOEIRO: O leilão será realizado e acompanhado pelo leiloeiro, Sr. Mouzar Baston Filho, devidamente cadastrado na JUCEMG nº 1125.

PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ão) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial do Sistema do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - DEPOX (emitida através do site <http://depox.tjmg.jus.br/depox/pages/guia/publica>), no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do Leiloeiro.

PAGAMENTO PARCELADO:

1) O(s) interessado(s) poderão adquirir o bem penhorado em prestações, conforme Artigo 895 do CPC.

2) Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% do valor do Lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 meses, desde que garantido por meio caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe **895, I, II e §§, do Código de Processo Civil.**



3) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, desde que no mesmo valor, conforme dispõe o artigo 895, § 7º do Código de Processo Civil.

OBSERVAÇÕES:

1) Em até 5 horas após o encerramento do Leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).

2) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

3) Desfeita a arrematação pelo Juízo, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao arrematante os valores pagos relativos ao preço da arrematação e à comissão da Baston Leilões, deduzidas as despesas incorridas.

ADJUDICAÇÃO: A partir da publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, se o exequente adjudicar o bem imóvel penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação devido ao Leiloeiro.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se a(o) executada(o), após a publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o leilão, a guia comprobatória do referido pagamento acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá a(o) executada(o) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão devida ao Leiloeiro de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação.

DO ACORDO: A partir da publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, caso seja celebrado acordo judicial entre as partes com suspensão do leilão, fica o(a) executado(a) obrigado(a) a pagar a comissão devida ao Leiloeiro de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação, logo na primeira prestação da avença. Caso o acordo seja extrajudicial ou desistência da execução, este percentual será devido pelo credor exequente.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Araxá/MG, na Avenida Rosália Isaura de Araújo, nº 305 - Guilhermina Vieira Chaer, Araxá/MG - CEP: 38180802, e E-mail: axa3civ@tjmg.jus.br, ou pelo telefone (34) 3669-5600 ou no escritório do Leiloeiro localizado na Avenida Paulo VI, nº 612, Residencial Paraíso, CEP: 14403-143 em Franca/SP e Avenida Santa Rita, 858, Sala D, Centro, CEP 37993-000 em Cássia/MG, ou ainda, pelos telefones 0800-942-1316 / (35) 99850-0339 e e-mail: mouzar@bastonleiloes.com.br, e no site www.bastonleiloes.com.br.

Ficam o executado, proprietário e fiel depositário dos bens, sua cônjuge e coproprietária dos bens e demais interessados **INTIMADOS PELO PRÓPRIO EDITAL DE LEILÃO** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal e não tiver advogado constituído, conforme § único do artigo 889 do Código de Processo Civil.



Araxá/MG, 14:29.

RODRIGO DA FONSECA CARISSIMO
JUIZ DE DIREITO

